**REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOLOGIA –
NÍVEIS MESTRADO E DOUTORAODO**

**CAPÍTULO I
DA NATUREZA E DOS OBJETIVOS**

Art. 1º - O Programa de Pós-Graduação em Biologia, da Universidade Federal de Goiás, tem por objetivo a capacitação e formação de profissionais para atuarem na docência do ensino superior, na pesquisa científica e no desenvolvimento de atividades inerentes à área de Ciências Biológicas e áreas afins.

Parágrafo Único - O Programa de Pós-Graduação em Biologia compreenderá dois níveis de formação, Mestrado e Doutorado, na área de concentração de Biologia Celular e Molecular, que conferirá o grau de Mestre e Doutor em Biologia.

**CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO GERAL E DO FUNCIONAMENTO**

**SEÇÃO I
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 2º - O Programa de Pós-Graduação em Biologia, vinculado ao Instituto de Ciências Biológicas, funcionará sob a responsabilidade desta Unidade. Poderão participar do Programa outras Unidades da UFG e outras Instituições de Ensino Superior e Pesquisa credenciadas para tais finalidades.

Art. 3º - O Programa de Pós-Graduação em Biologia será regido pelos termos do Regimento Geral da UFG, pela Resolução nº 1075 CEPEC/UFG de 09.03.2012, pela presente Resolução e pelo Regimento Interno do Programa, tendo sua estrutura organizacional e funcional na forma de:

I - uma Coordenadoria de Pós-Graduação (CPG) como órgão normativo e deliberativo;

II - uma Coordenação como órgão executivo da Coordenadoria, constituída por um coordenador e um subcoordenador;

III - três comissões (administrativa, de bolsas, de seleção);

IV - uma Secretaria, como órgão de apoio ao Programa, subordinada à Coordenação.

SEÇÃO II

DA COORDENADORIA

Art. 4º - A Coordenadoria de Pós-Graduação (CPG) do Programa de Pós-Graduação em Biologia será constituída pelos professores credenciados ao Programa e representantes estudantis.

§ 1º - A representação estudantil se fará na proporção de 20% (vinte por cento) do número de professores vinculados ao Núcleo Permanente do Programa, desprezada a fração.

§ 2º - Entende-se por professores vinculados ao Programa aqueles pertencentes ao quadro de docentes da UFG, e que sejam responsáveis por disciplinas ou pela orientação de estudantes no Programa.

§ 3º - Poderão participar, com direito a voz, outros professores que, não estando incluídos nas condições especificadas no parágrafo anterior, executem atividades relacionadas ao Programa.

Art. 5º - A CPG é o órgão de competência normativa e deliberativa em matérias de natureza acadêmica e administrativa.

Art. 6º - São atribuições exclusivas da CPG:

I- aprovar as comissões constituídas por professores para exercerem atividades acadêmicas e administrativas no Programa;

II- deliberar sobre alterações que vierem a ser introduzidas no Regulamento Específico e Regimento Interno do Programa, ou sobre casos omissos;

III- aprovar o planejamento de oferta de disciplinas e atividades complementares;

IV- aprovar edital de processo seletivo de acordo com as normas institucionais vigentes;

V- aprovar a indicação de docente(s) sugerido(s) pelo orientador para atuar como co-orientador(es);

VI- deliberar sobre aproveitamento de disciplina(s) cursada(s) em Programa(s) de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em conformidade com o Art. 44 do Regulamento Geral da UFG;

VII – definir o período para a realização dos exames de qualificação;

VIII- apreciar pedidos de prorrogação de prazos formulados por discentes;

IX - deliberar sobre pedido de trancamento de matrícula nos casos previstos nas normas em vigor;

X – definir número e qualidade de publicações científicas e/ou patentes necessários para a defesa de produto final;

XI- eleger, dentre os membros permanentes do corpo docente do Programa, o coordenador e o subcoordenador, conforme o Regimento Geral da UFG;

XII- deliberar sobre a aplicação de recursos destinados ao Programa pela Instituição ou por agências financiadoras externas;

XIII- apreciar e aprovar a prestação de contas dos recursos destinados ao Programa;

XIV- aprovar os critérios elaborados pela Comissão de Bolsas para a concessão de bolsas e para o acompanhamento dos bolsistas do Programa;

XV- deliberar sobre credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de docentes do Programa;

XVI- deliberar sobre a validade das justificativas dos faltosos às reuniões da CPG e demais comissões;

XVII- apreciar o relatório anual das atividades do Programa;

XVIII- propor convênios de interesse do Programa;

XIX- aprovar a indicação de professores do quadro docente do Programa para compor comissões não constantes deste regulamento, relacionadas com atividades acadêmicas e administrativas do Programa;

XX - elaborar o calendário de atividades do Programa;

XXI - examinar, em grau de recurso, as decisões do coordenador;

XXII - analisar ações que firmam o Art. 116 da Lei 8.112, respeitando o direito de defesa, para emitir parecer e encaminhar ao Conselho Diretor solicitação de

aplicação de advertências ou também, a seu critério, proceder ao descredenciamento do docente do PPGB.

Art. 7º - A CPG se reunirá ordinariamente, no mínimo, a cada seis meses, em local, data e hora previamente determinados pelo Coordenador e, extraordinariamente, se convocada pelo Coordenador ou mediante requerimento da maioria simples dos seus membros, sempre com a antecedência mínima de 48 horas.

Art. 8º - O não comparecimento a duas reuniões consecutivas, sem apresentação de justificativa, será levado em consideração no momento do credenciamento do docente no Programa e de abertura de vagas nos Processos Seletivos, podendo tais solicitações serem negadas.

SESSÃO III DA COORDENAÇÃO

Art. 9º - A coordenação é responsável por assegurar a organização e o funcionamento do Programa de pós-graduação.

Art. 10 - O coordenador e o subcoordenador deverão ser eleitos em reunião da CPG especialmente convocada para este fim, dentre os professores vinculados e pertencentes ao Núcleo Permanente do Programa.

§ 1º - O coordenador e o subcoordenador serão nomeados pelo Reitor.

§ 2º - O mandato do coordenador e subcoordenador será de dois anos, podendo ser renovado uma vez.

§ 3º - Caso o coordenador seja afastado na primeira metade do mandato será realizada nova eleição para escolha do novo coordenador e subcoordenador.

§ 4º - O subcoordenador sucederá o coordenador caso o afastamento ocorra depois da metade do mandato.

Art. 11 - Compete ao Coordenador:

I) cumprir e fazer cumprir o Regulamento e o Regimento Interno do Programa em vigor;

II) convocar e presidir as reuniões da CPG;

III) acatar e executar as deliberações emanadas pelas Comissões que constituem o Programa e a CPG;

IV) convocar e presidir a Comissão Administrativa e a Comissão de Bolsas;

V) representar o Programa;

VI) supervisionar e coordenar as atividades acadêmicas e administrativas do Programa;

VII) promover regularmente a auto-avaliação do Programa com a participação de docentes e discentes;

VIII) preparar a documentação necessária à avaliação periódica do Programa pelos órgãos competentes e encaminhá-la à PRPPG.

IX) adotar as medidas inerentes à sua condição, julgadas necessárias para o bom funcionamento do Programa.

Art. 12 - Compete ao subcoordenador substituir o coordenador nas suas faltas e impedimentos podendo compartilhar das suas atribuições.

SESSÃO IV

DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA

Art. 13 – A Comissão Administrativa será composta pelo coordenador e subcoordenador do Programa, por três (03) docentes, um (01) representante discente.

Parágrafo Único – O representante discente, bem como o seu suplente, deverá ser escolhido pelos seus pares dentre os alunos integrados, há pelo menos um (01) ano às atividades do Programa, como aluno regular.

Art. 14 - São atribuições da Comissão Administrativa:

I - aprovar nomes de professores que comporão as bancas para exames de qualificação e defesa do produto final;

II - deliberar sobre substituição de orientadores e co-orientadores, conforme o disposto no Art. 29 deste Regulamento;

III – analisar pedidos de cancelamento de inscrição em disciplinas que tenham completado mais de 30% das atividades previstas;

IV – analisar os pedidos de aproveitamento de créditos correspondentes a atividades complementares;

V - homologar o resultado dos Processos Seletivos.

Art. 15 - A Comissão Administrativa se reunirá ordinariamente, no mínimo, a cada dois meses, em local, data e hora previamente determinados pelo coordenador e, extraordinariamente, se convocada pelo coordenador ou mediante requerimento da maioria simples dos membros da comissão, sempre com a antecedência mínima de 48 horas.

Parágrafo Único – As reuniões da Comissão Administrativa poderão ocorrer utilizando-se as ferramentas de salas de discussão virtual (chat), correio eletrônico, ou vídeo conferência.

Art. 16 – O membro da Comissão Administrativa que não comparecer a duas reuniões consecutivas ou três intercaladas, sem justificativa, será substituído.

Art. 17 – Os membros da Comissão Administrativa terão mandato de dois anos a contar da data de início do mandato do coordenador e subcoordenador.

SESSÃO V

DA COMISSÃO DE BOLSAS

Art. 18 – A Comissão de Bolsas será composta pelo coordenador e subcoordenador do Programa, dois (2) docentes e um (1) representante discente.

Parágrafo Único – O representante discente e seu suplente deverão ser escolhidos pelos seus pares dentre os alunos integrados há pelo menos um (01) ano às atividades do Programa, como aluno regular.

Art. 19 - São atribuições da Comissão de Bolsas:

I) estabelecer os critérios para a concessão de bolsas, de acordo com as normas definidas pelas agências financiadoras;

III) selecionar os candidatos às bolsas com base em critérios que priorizem o mérito acadêmico;

IV) examinar as solicitações dos bolsistas relacionadas a trancamento, suspensão e prorrogação de bolsas;

V) estabelecer critérios para o acompanhamento do desempenho acadêmico dos bolsistas do Programa;

VI) fornecer a qualquer momento um diagnóstico do estágio de desenvolvimento do trabalho dos bolsistas em relação à duração das bolsas, para verificação pela IES ou pela agência financiadora.

Art. 20 – Os membros da Comissão de Bolsas terão mandato de dois anos a contar da data de início do mandato do coordenador e subcoordenador.

SESSÃO VI

DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

Art. 21 – A Comissão de Seleção do Programa será composta por três (03) docentes titulares e um suplente.

Parágrafo Único – Será escolhido dentre os componentes da comissão um presidente, que terá mandato de um (01) ano.

Art. 22 - São atribuições da Comissão de Seleção:

- I) elaborar o edital para o processo seletivo dos candidatos;
- II) proceder a seleção dos candidatos ao mestrado e ao doutorado, segundo normas constantes no edital de Seleção aprovado pela CPG;
- III) encaminhar à Comissão Administrativa as atas com o resultado do processo seletivo para aprovação.

Art. 23 – Os membros da Comissão de Seleção terão mandato de dois anos a contar da data de início do mandato do coordenador e subcoordenador.

SESSÃO VII

DA SECRETARIA

Art. 24 - A Coordenação terá uma Secretaria a ela subordinada, composta por um secretário executivo e seus auxiliares.

Art. 25 - São atribuições da Secretaria do Programa:

- I) manter registro organizado e atualizado dos discentes;
- II) elaborar relatórios;
- III) emitir certidões, declarações e outros documentos;

IV) responsabilizar-se pela guarda de documentos relacionados às atividades administrativas e acadêmicas do Programa e pela prestação de informações relativas aos mesmos;

V) preparar a documentação necessária à avaliação periódica do Programa pelos órgãos competentes e encaminhá-la à PRPPG.

CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO

SESSÃO I DO CORPO DOCENTE

Art. 26 - Professores e pesquisadores poderão ser credenciados no Programa de Pós-Graduação como docente do Núcleo Permanente, como colaboradores ou como visitante(s):

I) o Núcleo Permanente é constituído por doutores que compõem a CPG e que atuam de forma direta e contínua no Programa desenvolvendo atividades de ensino, orientação e pesquisa.

II) colaborador é o doutor que não atende todos os requisitos para ser enquadrado como docente permanente ou visitante, mas que participa de forma sistemática, complementar ou eventual no Programa, ministrando disciplina, participando da pesquisa ou orientando alunos.

III) visitante é o doutor que atua por um curto e pré-determinado intervalo de tempo no Programa, podendo ministrar disciplina, participando de pesquisa ou orientando alunos.

§ 1º - Para o credenciamento e reconhecimento, o docente deve apresentar produção científica e técnica relevante em sua área de atuação e participar de forma ativa em atividades docentes e administrativas do Programa, de acordo com normas estabelecidas pela CPG.

§ 2º - Os índices considerados na avaliação para credenciamento e reconhecimento de docentes serão elaborados e aprovados pela CPG.

§ 3º - O reconhecimento do docente deverá ocorrer a cada três anos.

Art. 27 – Constituem direitos e deveres do corpo docente:

I) zelar pelos interesses do Programa e pela qualidade de ensino e pesquisa;

II) zelar pelo patrimônio da Universidade destinado ao uso comum e às atividades acadêmicas e de pesquisa;

III) cumprir as normas institucionais em vigor;

IV) cumprir decisões e atender aos prazos estabelecidos pela CPG e Regulamentos relativos às atividades de Pós-Graduação;

V) recorrer de decisões dos organismos executivos e deliberativos, obedecidos às várias instâncias de decisões e os prazos estabelecidos;

VI) solicitar esclarecimento quanto à conduta de membros de Comissões e dos coordenadores do Programa através de documento encaminhado à CPG;

VII) atender às convocações da coordenação, das Comissões e da CPG;

Art. 28 - Cada aluno regular dos cursos de mestrado e de doutorado terá um professor-orientador, definido no Processo Seletivo dentre os docentes credenciados no Programa.

§ 1º – Compete ao orientador:

I) assistir o aluno na elaboração do plano de estudo, na condução do trabalho de pesquisa e na redação do produto final e artigos científicos;

II) acompanhar e avaliar continuamente o desempenho do aluno, informando formalmente às Comissões e à CPG sobre ocorrências relevantes durante o curso até a entrega da versão definitiva do produto final;

III) emitir parecer prévio em processos iniciados pelo aluno para apreciação da Comissão Administrativa ou CPG;

IV) autorizar, a cada período letivo, a matrícula do estudante, de acordo com o plano de estudos previamente elaborado;

V) autorizar o aluno a realizar o exame de qualificação e a defender o produto final;

VI) indicar, quando necessário, um (01) co-orientador para auxiliar na orientação;

VII) propor à CPG o desligamento do aluno que não cumprir seu planejamento acadêmico.

§ 2º - Competem aos co-orientadores, escolhidos conforme a alínea VI do parágrafo anterior:

- I) auxiliar no desenvolvimento do produto final;
- II) substituir o orientador, quando da ausência deste da Instituição por período superior a três meses, desde que o co-orientador seja credenciado como docente no Programa;
- III) acompanhar o desenvolvimento do aluno no Programa, no caso em que o orientador não pertença à Instituição ou que seja de outro campus;
- IV) planejar em conjunto com o orientador as disciplinas a serem cursadas pelo aluno;
- V) supervisionar o desempenho acadêmico e o cumprimento dos prazos regimentais pelo aluno.

Art. 29 - O orientador poderá ser substituído mediante aprovação pela Comissão Administrativa.

§ 1º - A solicitação de substituição de orientação poderá ocorrer no prazo máximo de até cinquenta por cento (50%) do tempo normal de integralização do curso, sendo este prazo de doze meses para o mestrado e dezoito meses para o doutorado.

§ 2º - A solicitação de substituição encaminhada pelo orientador se dará mediante indicação de um orientador substituto e da apresentação de carta explicitando as razões para o pedido e contendo as anuências do solicitante, do estudante e do orientador indicado.

§ 3º - O estudante pode solicitar substituição de orientador respeitando o que estabelecem os § 1º e 2º deste artigo.

§ 4º - A substituição, quando solicitada pelo estudante, poderá ocorrer apenas uma vez.

SESSÃO II

DO CORPO DISCENTE

Art. 30 – O corpo discente será constituído por estudantes regulares e especiais.

§ 1º - Aluno regular é aquele matriculado no curso de Pós-Graduação *stricto sensu* em Biologia em seus níveis de mestrado e doutorado.

§ 2º - Aluno especial é aquele que, não estando regularmente matriculado no curso de Pós-Graduação em Biologia da UFG, poderá se inscrever em disciplinas isoladas do Programa.

§ 3º - A aceitação de alunos especiais dependerá da existência de vagas na disciplina pretendida na proporção de até 30% do número de vagas existentes.

§ 4º- Terá prioridade de cursar disciplinas isoladas na qualidade de alunos especiais, alunos regularmente matriculados em outros cursos de Pós-Graduação stricto sensu da UFG.

§ 5º- Ao aluno especial será permitida a inscrição em até duas disciplinas do Programa.

§ 6º- O aluno especial que for aprovado e selecionado, passando à condição de aluno regular do PPGB, poderá solicitar aproveitamento dos créditos obtidos como aluno especial, respeitando os prazos estabelecidos no Art. 59, §6º deste Regulamento.

Art. 31 – Cada aluno terá registro centralizado, organizado e mantido sob a responsabilidade da Secretaria do Programa.

Art. 32 – O Corpo Discente terá representantes junto à CPG, Comissão Administrativa e Comissão de Bolsas, sendo vetada a participação a alunos especiais.

Art. 33 – Constituem direitos e deveres dos membros do corpo discente:

I) zelar pelos interesses dos estudantes e pela qualidade de ensino que lhes é ministrado;

II) recorrer de decisões dos organismos executivos e deliberativos, obedecidos às várias instâncias de decisões e os prazos estabelecidos;

III) zelar pelo patrimônio da Universidade destinado ao uso comum e às atividades acadêmicas e de pesquisa;

IV) cumprir as normas institucionais em vigor.

SESSÃO III

DA ADMISSÃO AO PROGRAMA

I - DA SELEÇÃO

Art. 34 – Poderão ser admitidos no Programa de Pós-Graduação ao nível de Mestrado, candidatos que tenham o título de bacharéis ou licenciados em curso superior

em Biologia ou em áreas afins, e ao nível de Doutorado, candidatos que tenham o título de Mestre em Biologia ou áreas afins, a critério da Comissão de Seleção.

§ 1º - Para o ingresso no nível de mestrado, o diploma de graduação deverá ser proveniente de curso reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Para ingresso no doutorado, o diploma de mestrado deverá ser proveniente de cursos recomendados pelo órgão competente.

§ 2º - O ingresso ao nível de mestrado ou doutorado poderá ocorrer em casos excepcionais de extraordinária competência, a critério da CPG e após aprovação da CPPG - UFG.

Art. 35 - As inscrições para seleção ao Programa de Pós-Graduação em Biologia serão abertas mediante edital elaborado pela Comissão de Seleção, homologado pela CPG e aprovado pela PRPPG-UFG.

§ 1º - A CPG providenciará a publicação do aviso de edital após ciência da Direção da Unidade Acadêmica.

§ 2º - O número máximo de vagas oferecidas em cada processo de seleção será fixado pela CPG, com base na disponibilidade de orientação e nos critérios de abertura de vagas.

Art. 36 – Os documentos exigidos para a seleção dos candidatos ao processo Seletivo serão definidos pelo Edital de Seleção.

Art. 37 – O processo seletivo será conduzido pela Comissão de Seleção constituída na forma estabelecida no artigo 21 deste regulamento.

Art. 38 – O processo de seleção dar-se-á de forma regular ou em fluxo contínuo.

§ 1º - Considera-se processo de seleção em forma regular aquele realizado anualmente.

Art. 39 - Os exames de suficiência em língua inglesa serão obrigatórios no processo seletivo para admissão ao Programa.

Art. 40 - A seleção será válida para matrícula no período letivo para o qual o candidato for aprovado ou conforme definido no edital.

Art. 41 - Havendo convênio firmado entre a UFG e Instituição Estrangeira ou Acordo Cultural Internacional do Governo Federal, o aluno estrangeiro poderá ser admitido no Programa mediante Processo Seletivo específico.

§ 1º - A seleção e classificação de que trata o *caput* deste artigo será feita com base nos documentos do candidato, conforme exigência estabelecida pelo convênio ou acordos culturais.

§ 2º - Compete à Coordenação emitir as respectivas cartas de aceitação dos candidatos selecionados e classificados no âmbito de convênios ou acordos culturais.

II - DA MATRÍCULA

Art. 42 - O candidato aprovado e classificado na seleção deverá efetuar sua matrícula dentro dos prazos fixados pelo calendário acadêmico do Programa mediante a apresentação da documentação exigida no Edital de Seleção.

§ 1º - O aluno matriculado receberá um número de matrícula que o identificará como aluno regular da Universidade Federal de Goiás.

§ 2º - A matrícula será feita na secretaria do Programa constituindo-se condição indispensável para a realização de inscrição em disciplinas, exceto em casos especiais, previamente autorizados pela CPG.

§ 3º - Os candidatos selecionados deverão, quando da matrícula no Programa, satisfazer à exigência da apresentação de documento comprobatório de conclusão do curso de graduação, para os alunos de mestrado, ou de conclusão de mestrado, para os alunos doutorado, reconhecido pelo órgão competente.

§ 4º - A não efetivação da matrícula no prazo fixado implica na desistência do candidato em matricular-se no Programa, perdendo todos os direitos adquiridos pela aprovação e classificação no processo seletivo.

Art. 43 - O aluno deverá renovar sua matrícula a cada semestre, até a defesa do produto final, em data fixada pelo calendário acadêmico do Programa.

Art. 44 – O aluno do Programa do nível de Mestrado poderá passar para o Doutorado, desde que a CPG aprove a sua solicitação.

§ 1º O requerimento para mudança de nível deverá ser acompanhado de parecer consubstanciado do orientador, sendo analisado e julgado pela CPG, de acordo com critérios estabelecidos no Regimento Interno do Programa e legislação vigente CAPES/MEC.

§ 2º Para efeito da contagem de tempo para conclusão do curso de doutorado, será considerada como data inicial do curso a sua primeira matrícula no mestrado.

III - DO TRANCAMENTO DE MATRÍCULA E CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO EM DISCIPLINAS

Art. 45 - A cada aluno será permitido requerer o cancelamento da inscrição em disciplinas desde que ainda não se tenham completado 30% das atividades previstas para a disciplina, salvo casos especiais a critério da Comissão Administrativa.

§ 1º - O pedido de cancelamento de inscrição em disciplina constará de requerimento do aluno ao coordenador, com as devidas justificativas e aquiescência do orientador.

§ 2º - Não constará do histórico acadêmico do aluno referência ao cancelamento de inscrição em qualquer disciplina.

Art. 46 - O trancamento de matrícula no período letivo em execução corresponde à interrupção dos estudos e só poderá ser concedido em casos excepcionais e a critério da CPG.

§ 1º - O pedido de trancamento de matrícula constará de requerimento do aluno ao coordenador, acompanhado de justificativa expressa do orientador.

§ 2º - O tempo de trancamento de que trata o *caput* deste artigo será computado no prazo para integralização do curso.

§ 3º - Os prazos máximos permitidos para o trancamento serão de um semestre letivo para o mestrado e dois semestres letivos, consecutivos ou não, para o doutorado.

§ 4º - O prazo máximo para solicitação de trancamento de matrícula será de quatro (4) meses antes do prazo regulamentar para defesa do produto final para o mestrado e de seis (6) meses para o doutorado, equivalendo ao vigésimo e ao trigésimo mês, respectivamente.

§ 5º - Não será concedido trancamento de matrícula a alunos que estejam em período de prorrogação de prazo para a defesa de produto final.

IV – DA DURAÇÃO DO CURSO

Art. 47 – O curso de mestrado terá duração mínima de 18 (dezoito) e máxima de 24 (vinte e quatro) meses e o de doutorado, mínima de 24 (vinte e quatro) e máxima de 36 (trinta e seis) meses.

Art. 48 - O aluno poderá solicitar prorrogação de prazo, em caráter excepcional definido em regulamento, para as providências finais de conclusão do produto final.

§ 1º – É considerada condição obrigatória para a solicitação de prorrogação de prazo para conclusão do curso de mestrado ou de doutorado que o aluno já tenha integralizado todos os créditos em disciplinas e tenha sido aprovado no exame de qualificação.

§ 2º – O requerimento deverá ser dirigido à CPG, protocolado pelo menos 30 dias antes do vencimento do prazo máximo regimental para defesa do produto final, contendo a justificativa do pedido de prorrogação por parte do orientador.

§ 3º – A prorrogação, preenchidos os requisitos deste regulamento geral, poderá ser concedida por um prazo máximo de seis (6) meses para o mestrado e doze (12) meses para o doutorado.

§ 4º – A solicitação de prorrogação de prazo para defesa de produto final poderá ocorrer uma única vez no decorrer do curso.

SESSÃO IV DO REGIME DIDÁTICO-CIENTÍFICO

I - DA ESTRUTURA CURRICULAR

Art. 49 - Os limites mínimos do número de créditos em disciplinas e em atividades complementares necessários à integralização do curso são de:

I - 16 créditos para o mestrado;

II - 24 créditos para o doutorado;

Parágrafo Único - Não serão atribuídos créditos às atividades relacionadas ao exame de qualificação e elaboração do produto final.

Art. 50 - Cada crédito corresponde a 15 horas de atividades em disciplinas ou a 45 horas de atividades complementares.

Art. 51 - O aluno deverá cursar no mínimo 75% dos créditos em disciplinas, podendo completar o número total de créditos obrigatórios em atividades complementares, de acordo com o programa de estudo aprovado pelo professor-orientador.

Art. 52 - Serão atribuídos 16 e 24 créditos à defesa e aprovação do produto final para o mestrado e o doutorado respectivamente, os quais não têm equivalência em carga horária e não serão computados nos limites definidos no *caput* do artigo 49º.

Art. 53 - A integralização dos créditos poderá ser feita com atividades complementares, autorizados pela Comissão Administrativa, até um total de quatro (04) créditos para o nível de mestrado e seis (06) créditos para o nível de doutorado.

Art. 54 - Constituem atividades complementares para fins de cômputo de créditos:

I) participação em eventos científicos com apresentação de trabalho na forma de pôster ou oral, como primeiro autor e que esteja inserido na linha de pesquisa de sua dissertação ou tese;

II) publicação de resumo ou resumo expandido em anais ou similares do qual o interessado é primeiro autor e que esteja inserido na linha de pesquisa de sua dissertação ou tese;

II) trabalho completo publicado em revista de circulação nacional ou internacional, que tenha corpo editorial reconhecido e utilize sistema referencial adequado;

III) capítulo de livro de reconhecido mérito na área;

IV) capítulo em manual técnico reconhecido por órgãos oficiais da esfera municipal, estadual ou federal;

V) participação em estágios de treinamento ou complementação relacionados à área de concentração do aluno;

VI) participação em eventos ou atividades extra-curriculares promovidos pelo Programa.

§ 1º - O número de créditos correspondentes e a natureza de cada atividade exercida pelo pós-graduando como atividade complementar será determinada pelo Regimento Interno do Programa.

§ 2º - As atividades complementares deverão ter sido exercidas e comprovadas durante o período em que o aluno estiver regularmente matriculado no Programa.

Art. 55 - O aluno poderá requerer estudos em outra instituição por até um ano (“sanduíche”), desde que solicitado por escrito pelo professor-orientador e aprovado pela CPG.

§ 1º - Os alunos em tese de Doutorado tipo “sanduíche” poderão apresentar e defender o exame de qualificação após o seu retorno e término dos créditos do Curso de Pós-Graduação, respeitando os prazos regulamentares.

§ 2º - O retorno do aluno deverá ocorrer até no máximo seis (06) meses antes do término previsto para conclusão do curso.

Art. 56 - O Estágio de Docência é uma atividade obrigatória para bolsistas do Programa de Demanda Social da CAPES, matriculados em Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, e optativa para os demais alunos.

Parágrafo Único – As atividades do Estágio Docência deverão obedecer ao que estabelece a Resolução CEPEC N º 1210 de 09 de agosto de 2013.

II - DA VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ACADÊMICO

Art. 57 - Em cada disciplina, o rendimento acadêmico para fins de registro será avaliado pelos meios previstos na sua programação acadêmica e expressos mediante os seguintes conceitos:

Conceito Significado

A - Muito Bom, para valores entre 10 e 9,0; com direito a crédito;

B - Bom, para valores entre 7,5 e 8,9; com direito a crédito;

C - Regular, para valores entre 6,0 e 7,4; com direito a crédito;

D - Insuficiente, para valores inferiores a 5,9; sem direito a crédito.

§ 1º - Será aprovado o aluno que obtiver conceitos A, B ou C.

§ 2º - Será reprovado o aluno que obtiver conceito D.

§ 3º - Será reprovado o aluno que não atingir 85% (oitenta e cinco por cento) da frequência na disciplina ou atividade, sendo registrado no histórico escolar sob a designação "RF".

§ 4º - Constarão no histórico acadêmico do aluno os conceitos obtidos em todas as disciplinas cursadas.

III - DO APROVEITAMENTO DE DISCIPLINAS

Art. 58 - O aluno de Mestrado ou de Doutorado poderá cursar disciplinas em outros Programas e/ou Instituições, credenciados pelo órgão competente, até o limite de 50% do total de créditos exigidos em cada nível.

§ 1º - Para fins de aproveitamento das disciplinas serão observadas as seguintes equivalências:

Conceito Equivalência

A - 9,0 a 10

B - 7,5 a 8,9

C - 6,0 a 7,4

D - Inferior a 5,9

§ 2º - Para cursar disciplinas em outros Programas e/ou Instituições, o aluno deve incluir esta solicitação no plano de estudo.

§ 3º - Para os fins do disposto neste artigo, o aluno deverá solicitar à Comissão Administrativa o aproveitamento dos créditos, incluindo na solicitação a ementa e o conteúdo programático da disciplina, a frequência e o conceito obtido.

§ 4º - Poderão ser aproveitados apenas créditos relativos à disciplina em que o aluno obtiver conceito "A", "B" ou equivalente.

§ 5º - O pós-graduando que tiver créditos reconhecidos nos termos deste artigo não poderá matricular-se em disciplinas cujas ementas e conteúdos sejam considerados equivalentes pela Comissão Administrativa.

§ 6º - O aluno regular do Programa poderá requerer o aproveitamento de disciplinas cursadas na condição de aluno especial, anteriormente ao seu ingresso, desde que o prazo de conclusão da disciplina não ultrapasse dois (02) anos.

§ 7º As disciplinas cursadas como aluno regular neste Programa ou em outro Programa reconhecido pelos órgãos competentes, poderão ser aproveitadas, desde que o prazo de conclusão da disciplina não ultrapasse cinco (05) anos.

§ 8º As disciplinas aproveitadas serão registradas no histórico acadêmico com a indicação de aproveitamento de disciplina (AD) e o número de créditos correspondentes.

§ 9º O número máximo de créditos que poderão ser obtidos mediante aproveitamento de disciplinas cursadas em outros Programas, não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total de créditos necessários à integralização curricular do curso.

§ 10 Deverá ser registrado no histórico acadêmico do aluno o nome do Programa e da IES em que o aluno cursou a(s) disciplina(s) objeto de aproveitamento e a data de homologação pela Comissão Administrativa.

§ 11 É vetado o aproveitamento de créditos atribuídos a atividades complementares especificadas no Art. 54 deste regulamento.

Art. 59 – As disciplinas cursadas pertencentes à matriz curricular do PPGB que excederem o número de créditos necessários à integralização curricular do mestrado poderão ser aproveitadas para a integralização curricular do doutorado, a critério da Comissão Administrativa.

IV - DO DESLIGAMENTO

Art. 60 - Será desligado do Programa o aluno que:

- I - apresentar requerimento à CPG solicitando seu desligamento;
- II - for reprovado por falta e/ou por desempenho em qualquer atividade com avaliação durante a integralização do curso;
- III - em qualquer período letivo, deixar de efetuar matrícula dentro dos prazos estabelecidos no calendário acadêmico;
- IV - não comprovar integralização curricular no prazo regimental;
- V - apresentar desempenho insuficiente comprovado mediante avaliação e justificativa por escrito do orientador e com aprovação pela CPG;
- VI - obtiver 3 (três) conceitos “C” ou 1 (um) conceito “D”;
- VII - não fizer o exame de qualificação no prazo máximo estabelecido pela Coordenadoria;
- VIII – for reprovado mais de uma vez em Exame de Qualificação;
- IX - for desligado por decisão do Reitor conforme o Art. 165 do Regimento Geral da UFG;

X - for desligado por decisão judicial;

XI – ferir o protocolo do Programa de Estudantes Convênio (PEC-PG);

XII – for reprovado na defesa do trabalho final.

V – DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO

Art. 61 – O exame de qualificação será realizado com objetivo de avaliar os conhecimentos obtidos pelo aluno durante o curso e a sua aplicação na elaboração do produto final.

§ 1º – O exame de qualificação é obrigatório para os níveis de mestrado e doutorado.

§ 2º - O exame de qualificação consistirá da apresentação oral e defesa de um manuscrito que demonstre o domínio teórico-metodológico do aluno na sua área de conhecimento.

§ 3º - Para requerer o exame de qualificação o aluno deverá:

I) apresentar solicitação formal do orientador à Comissão Administrativa;

II) ter aprovada a composição da banca de exame de qualificação pela Comissão Administrativa;

III) ter obtido o total dos créditos em disciplinas e/ou atividades complementares.

Art. 62 - A banca examinadora da qualificação será constituída por três membros titulares para o nível de mestrado e por quatro membros titulares para o nível de doutorado.

§ 1º - O professor orientador será o presidente da comissão examinadora.

§ 2º - Os examinadores deverão ser portadores do título de doutor ou equivalente, bem como seus suplentes.

§ 3º - Além dos membros titulares, as bancas deverão ser constituídas por dois suplentes.

§ 4º - Na hipótese de co-orientadores virem a participar da banca de qualificação de mestrado ou doutorado, estes não serão considerados para efeito de integralização do número mínimo de componentes previstos neste artigo.

§ 5º - O período adotado para a realização do exame de qualificação será estipulado pela CPG.

Art. 63 - O resultado do julgamento do exame de qualificação ficará registrado na forma de parecer fundamentado e será expresso por uma das seguintes avaliações:

- Aprovado;
- Reprovado.

§ 1º - Na ocorrência de reprovação, o candidato deverá atender as propostas definidas pela Banca, sob supervisão do seu orientador, que encaminhará uma nova solicitação de defesa de qualificação para a Comissão Administrativa.

§ 2º - A nova defesa de qualificação não poderá ocorrer em período posterior ao prazo estipulado para a realização de qualificação estabelecida pela CPG.

§ 3º - A solicitação de nova defesa de qualificação poderá ocorrer uma única vez no decorrer do curso.

V – DO PRODUTO FINAL

Art. 64 – Serão considerados como produto final: dissertação de mestrado e tese de doutorado.

Parágrafo Único – A redação do produto final obedecerá a estruturação definida no Regimento Interno do Programa.

V – DA DEFESA DO PRODUTO FINAL

Art. 65 - A solicitação da defesa do produto final se dará respeitando os seguintes critérios:

- I) ter recomendação formal do orientador para a defesa;
- II) ter aprovada a composição da banca de defesa do produto final pela Comissão Administrativa;
- III) ter sido aprovado em exame de qualificação;
- IV) ter atendido as determinações referentes ao número e qualidade de publicações científicas e/ou patentes conforme definido pela CPG.
- V) ter obtido o total dos créditos em disciplinas e/ou atividades complementares.

Art. 66 - A defesa do produto final será feita em sessão pública.

Parágrafo único - Excepcionalmente, as defesas poderão ser feitas em sessão fechada quando o produto final das dissertações ou teses envolverem produtos passíveis de solicitação de patente.

Art. 67 - Para fins de defesa, o aluno deverá encaminhar à Coordenação os exemplares do produto final e uma versão do trabalho em meio eletrônico, de acordo com os critérios definidos no Regimento Interno do Programa.

Parágrafo único - Um volume do produto final corrigido será encaminhado à Biblioteca Central da UFG.

Art. 68 - O produto final será julgado por uma comissão examinadora composta por no mínimo:

I) três examinadores para mestrado, sendo, no mínimo, um externo ao Programa;

II) cinco examinadores para doutorado, sendo, no mínimo, dois externos ao Programa.

§ 1º - O professor orientador será o presidente da comissão examinadora.

§ 2º - Serão apresentados dois suplentes para cada banca examinadora constituída, obedecendo à necessidade de participação de membros externos apresentada nos incisos I e II deste artigo.

§ 3º - Os examinadores de que tratam os incisos I e II deste artigo deverão ser portadores do título de doutor ou equivalente, bem como seus suplentes.

§ 4º - Na hipótese de co-orientadores virem a participar da comissão examinadora de mestrado ou doutorado, estes não serão considerados para efeito de integralização do número mínimo de componentes previstos nos incisos I e II deste artigo.

§ 5º - A defesa do produto final deverá ocorrer no prazo máximo de 60 dias contados da recepção pela coordenação, dos exemplares mencionados no *caput* do Art. 67 deste Regulamento.

Art. 69 – A cada dissertação de mestrado ou tese de doutorado a comissão examinadora consignará em formulário próprio uma das seguintes menções:

- Aprovado;
- Reprovado.

§ 1º - A aprovação ou reprovação deverá ser baseada em avaliação individual, feita pelos membros da comissão examinadora.

§ 2º - Será considerado aprovado na defesa do produto final o candidato que obtiver aprovação unânime da comissão examinadora.

§ 3º - Os procedimentos relativos à publicação de artigos relacionados à dissertação ou tese, bem como a definição de autoria e prazos de envio para a defesa de produto final serão definidos pela CPG.

VI - DA OBTENÇÃO DO GRAU E EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA

Art. 70 - Para a obtenção do grau respectivo o aluno deverá, dentro do prazo regimental, ter satisfeito as exigências do Regimento Geral da UFG, do Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, deste Regulamento e do Regimento Interno do Programa.

Art. 71 - A expedição do diploma de mestre ou doutor será efetuada pela PRPPG, satisfeitas as exigências do artigo 51 do Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da Universidade Federal de Goiás, deste Regulamento e demais resoluções do Programa.

Parágrafo único - A coordenação do Programa encaminhará à PRPPG processo devidamente protocolado, solicitando a expedição do diploma de que trata o *caput* deste artigo, instruído com os seguintes documentos:

- I) ofício do coordenador do Programa ao Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação;
- II) requerimento do aluno solicitando a expedição do diploma;
- III) cópia da ata da sessão pública de defesa;
- IV) cópia do histórico escolar;
- V) comprovante de quitação do pós-graduado com as Bibliotecas do Sistema da UFG;
- VI) cópia legível do diploma de graduação;
- VII) cópias legíveis da carteira de identidade e do CPF;
- VIII) documento comprobatório em caso de alteração do nome;
- IX) exemplar do produto final nas versões impressa e digital a ser encaminhado à Biblioteca Central da UFG;
- X) cópia do artigo publicado ou aceito para publicação em caso de aluno de doutorado.
- XI) outros documentos que possam vir a ser exigidos pela PRPPG.

Art. 72 - O registro do diploma de mestre ou de doutor será processado pelo Centro de Gestão Acadêmica – CGA/PROGRAD/UFG, por delegação de competência do Ministério da Educação, na forma da legislação específica.

TÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 73 – Os casos omissos serão resolvidos pela CPG, amparada pelo Regimento Geral da UFG, pela Resolução CEPEC nº 1075, por esta Resolução e pelo Regimento Interno do Programa.

Art. 74 – Estas normas estarão sujeitas às demais normas de caráter geral que vierem a ser estabelecidas para os Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás.

Art. 75 - O presente regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Biologia
Regulamento aprovado em reunião da Coordenadoria PPGB em 10/05/12

Goiânia (GO), 10/05/2012.